

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

FEDERAÇÃO GUT
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

No dia 30 de junho o país vai parar!

As centrais sindicais definiram a data para a nova greve geral: 20 de junho. Com mais vigor e determinação, os trabalhadores de todas as categorias, sob a liderança de suas entidades de classe, e os movimentos sociais se organizam para realizar uma paralisação mais expressiva que a do dia 28 de maio.

Esta será a segunda greve geral no país contra as reformas do governo ilegítimo de Michel Temer, pelo Fora, Temer! e por eleições diretas já. *PÁGINAS 3 E 7*

Foto: categoria fecha a Linha Vermelha no dia 28 de maio, uma ação que ficou na história da primeira greve geral contra o governo dos golpistas



Assembleia Estatutária de Prestação de Contas
Terça-feira, dia 20 de junho, às 9h.
Local: auditório Bezão (bloco B do CCS, no Fundão).

Assembleia de organização e mobilização
para a greve geral
Dia 22 de junho, às 10h, no auditório do CT.

DOIS PONTOS

Criança não deve trabalhar

Segunda-feira, 12 de junho, é o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. O Brasil tem 3,3 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos no trabalho infantil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2014). Neste ano, o tema da campanha de mobilização é “Não ao trabalho infantil na cadeia produtiva”.

O trabalho infantil na cadeia produtiva é um trabalho informal, que ocorre dentro da economia familiar e que por isso é invisível aos olhos da fiscalização e do consumidor.

“Trata-se de uma situação em que o trabalho infantil é incorporado ao produto final da cadeia produtiva. As crianças trabalham com

suas próprias famílias, na produção de insumo ou de matéria-prima, e até mesmo na finalização de produtos”, afirma Isa de Oliveira, secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Realidade brasileira

Exemplo: no Brasil, 18.700 crianças entre 5 e 9 anos trabalham na criação de aves, em regime de economia familiar. Grandes empresas recorrem ao chamado “sistema de produção integrado”, que engloba as produções de economia familiar. Neste caso, a origem do produto está fora da cadeia formal, a fiscalização é dificultada e a informação sobre a existência de trabalho infantil na cadeia de produção

de aves não chega ao consumidor.

“Uma saída é o envolvimento do empresariado, promovendo o controle de todas as etapas de sua cadeia produtiva”, diz Isa de Oliveira.

Lei – Todas as formas de trabalho infantil são proibidas no Brasil até a idade de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

A maior incidência de crianças abaixo de 14 anos trabalhando ocorre na agricultura, na produção de mandioca, milho e hortaliças, e na criação de aves e bovinos. “Nessas atividades, as crianças ficam submetidas a contato com agrotóxico, exposição ao sol e posição ergonômica prejudicial, que configura a pior forma de trabalho infantil, aquela que põe em risco a saúde física e psicoló-

gica de crianças e adolescentes, e que é proibida para todos com menos de 18 anos”, afirmou Isa.

Mas em outros setores, como comércio e construção civil, também existe trabalho infantil, que é igualmente prejudicial.

“No comércio, há crianças e adolescentes na venda de alimentos, bebidas e fumo. Na produção de calçados e bolsas, crianças colam manualmente pedrinhas nos produtos. Na confecção de bijuterias, elas usam maçaricos, e muitas perdem suas digitais. Na construção civil, adolescentes trabalham como ajudante de obra, na pintura e revestimento, e como gesso, que apresenta alto risco à saúde, devido à absorção ou aspiração”, afirma.

Perfil – Segundo a Pnad 2014,

o trabalho infantil tem o seguinte perfil hoje:

- 65,5% são meninos e negros (pardos e pretos).
- 80% estão matriculados na escola, mas uma expressiva maioria abandona a escola e não conclui o ensino obrigatório.
- Mais de 50% realizam afazeres domésticos.
- 80% vivem em área urbana.

Canais de denúncia

Disque 100; Conselho Tutelar; Superintendência Regional do Trabalho; Ministério Público do Trabalho (www.mpt.gov.br); Cras; Creas e Aplicativo Proteja Brasil.

Informações do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

“Viva la mamma”

O que poderia ser mais engraçado do que uma ópera sobre os bastidores de uma ópera, especialmente se você coloca em cena uma prima donna com um ego infladíssimo e a mamma da seconda donna brigando com o diretor por um papel mais expressivo para sua filha? Certamente foi isso o que pensou o grande compositor italiano Gaetano Donizetti quando escreveu “Viva la mamma”, uma de suas mais conhecidas e populares óperas.

“Viva la mamma” marca a 20ª montagem do projeto Ópera na UFRJ e estreia no dia 22 de junho, às 19h, no Salão Leopoldo Miguez, da Escola de Música, com solistas, coro e orquestra sinfônica da universidade. A entrada é franca e a faixa etária é livre. O espetáculo é apresentado na Escola também na



Foto: Divulgação

sexta-feira, 23 (19h), sábado 24 e domingo 25 (16h), e depois segue em itinerância para a Cidade Uni-

versitária (27) e os teatros municipais de Petrópolis (9/7) e Niterói (14, 15 e 16/7).

Seminário na Praia Vermelha

Quarta-feira, dia 21 de junho (auditório Manoel Maurício de Albuquerque):

● Às 9h: “Revolução e o mundo”, com Marcelo Brás (UFRJ), Carlos Eduardo Martins (UFRJ), Eduardo Serra (UFRJ) e Vantuil Pereira (UFRJ). Moderador: Ricardo

Figueiredo de Castro (UFRJ).

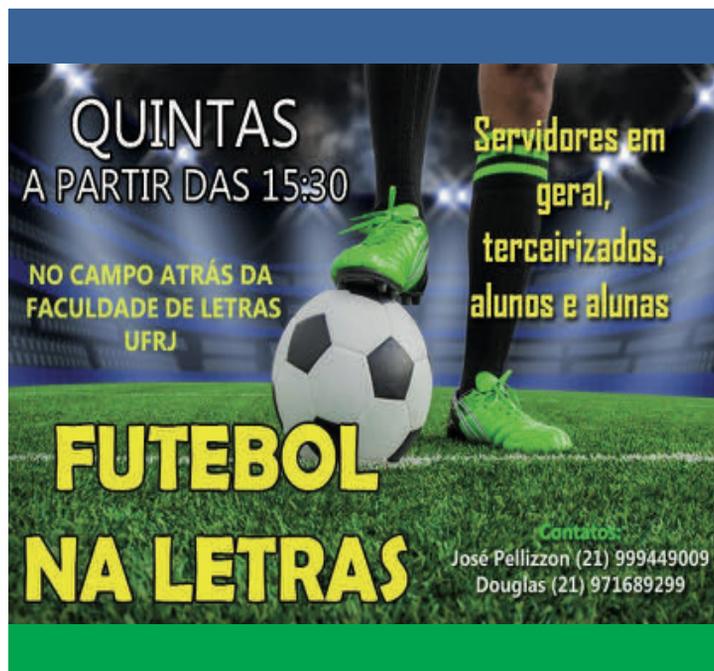
● Às 14h: “Perspectivas do socialismo contemporâneo”, com Mauro Iasi (UFRJ), Valério Arcary (Cefet/SP) e Juliano Medeiros (Fundação Lauro Campos). Moderador: Marco Aurélio Santana (UFRJ).

Quartas Vermelhas (auditório

da Decania do CFCH, 2º andar)

Dia 14 de junho – Exibição do filme “Eles não usam black tie”. Debatedor: Pedro Cunha Bocayuva (UFRJ).

Dia 28 de junho – Filme “Reds”. Debatedor: Marco Dantas (UFRJ).



GREVE GERAL!

“Esquenta” no dia 20 de junho

Fotos: Renan Silva

Na terça-feira, 20 de junho, os trabalhadores realizam o Dia Nacional de Mobilização contra as Reformas da Previdência e Trabalhista, uma espécie de “esquenta” rumo à greve geral do dia 30 de junho. Este mês, aliás, é de resistência das categorias ao governo do ilegítimo Michel Temer e por Diretas Já.

As centrais sindicais – CUT, CTB, UGT, Força Sindical, Nova Central, CGTB, Conlutas, Intersindical, Pública e CSB – caminham juntas com o objetivo de construir uma greve ainda maior que a realizada no dia 28 de abril, que unificou mais de 40 milhões de trabalhadores contra as reformas de Temer.

Por isso é que no esquenta de 20 de junho haverá distribuição de material unificado e ações conjuntas nas redes e nas ruas para ampliar a mobilização pela greve geral.

Ações

Estão previstos para o dia 20 panfletagens nas estações do metrô e terminais de ônibus; realização de assembleias nas bases e locais de trabalho; agitação nos bairros com carro de som para denunciar a retirada dos direitos; atos em todos os aeroportos e nas bases dos senadores e deputados para pressionar contra a aprovação das reformas no Congresso Nacional.

“O clima nas bases é de transformar junho num mês de resistência. Faremos assembleias nas portas de fábrica e participaremos do ato unificado no dia 20, o nosso esquenta, porque percebemos que o sistema político está tentando operar com ou sem Temer, e por isso temos de fazer uma luta pelo Fora, Temer, contra as reformas e por Diretas Já, que nos permitirão não só resistirmos às reformas, mas também colocarmos o Brasil nos trilhos”, disse o secretário-geral nacional da CUT, Sérgio Nobre. “Reina a expectativa de que diante do agravamento da crise no governo ilegítimo de Temer o movimento supere a greve geral de 28 de abril”, completa.

“O momento exige resistência e luta contra as propostas de Temer que põem fim a direitos consagrados da classe trabalhadora e de toda a sociedade brasileira. Está claro que a sociedade está contra este governo, e só com luta iremos barrar os retrocessos capitaneados por Michel Temer”, avalia o presidente da CTB, Adilson Araújo.

Fasubra

A Fasubra, que é protagonista em muitas lutas da educação e do serviço público, participa das duas mobilizações, e estará construindo,

em conjunto com as centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais, no dia 20 de junho, as ações de rua contra as reformas trabalhista, da Previdência e pelo Fora, Temer.

A orientação da Fasubra a seus sindicatos filiados é que no dia 30 de junho sejam realizadas paralisações em todas as instituições de ensino superior (Ifes) e participação da categoria nas manifestações de rua.

Em julho, dia 7, a Fasubra realiza um seminário nacional de hospitais universitários (HUs) para acumular debate e trocar experiências, para que na plenária nacional, marcada para os dias 8 e 9, a categoria possa ter condições de deliberar sobre um plano de lutas e se posicionar politicamente sobre os HUs.



Calendário de Lutas da Fasubra

20 de junho – Dia Nacional de Lutas com manifestações de rua, preparando a greve geral e pela construção – em conjunto com as centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais – de ações de rua contra as reformas trabalhista e previdenciária e pelo #FORATEMER.

30 de junho – Greve Geral. A Fasubra orienta todos os sindicatos filiados a construir, por meio dos comitês estaduais contra as reformas, paralisações em todas as instituições de ensino superior (IES) e a participação da categoria nas manifestações de rua nesta data.

4 a 6 de julho – Reunião da direção nacional da Fasubra.

7 de julho – Seminário Nacional dos Hospitais Universitários (HUs).

8 a 9 de julho – Plenária estatutária, com mesa de abertura para análise de conjuntura, tendo como tema “Qual a saída para os trabalhadores diante da crise?”. Também será realizado um balanço das lutas do primeiro semestre; aprovado um Plano de Lutas para o segundo semestre e o regimento do próximo Congresso Nacional da Fasubra.

Categoria na mobilização para a greve geral

A proposta da direção sindical é que após a assembleia geral estatutária de prestação de contas do mandato e de encaminhamentos, na terça-feira, dia 20, às 9h, no auditório Bezão (bloco B do CCS), a categoria se organize para se juntar às ações e ao unificado, no Centro da cidade, de mobilização para a greve geral no dia 30 de junho.

Vamos discutir e deliberar sobre a nossa participação no “esquenta” para a greve geral durante a assembleia. Portanto, não falte, companheira e companheiro.



AÇÕES INSTITUCIONAIS

PR-4 propõe novo programa de avaliação de desempenho

A Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) apresentou na reunião da comissão do Fórum Permanente de Recursos Humanos, que trata das avaliações de desempenho dos trabalhadores da UFRJ, no dia 6 de junho, a proposta Novo Programa de Avaliação de Desempenho que levará à Reitoria.

A apresentação foi feita pela chefe da Seção de Avaliação de Desempenho da Divisão de Desenvolvimento Funcional da PR-4, Katiane Castro. Ela explicou que inicialmente a proposta será implantada internamente na Reitoria como projeto piloto, e, se der certo, será estendida para toda a universidade.

Sugestões do Sintufrj

Presente à reunião, o coordenador-geral do Sintufrj Fran-

cisco de Assis propôs que fossem incluídos no novo programa elementos a serem levados em conta no momento da avaliação, como, por exemplo, condições de trabalho e que a avaliação individual tenha correlação com a avaliação que deverá ser feita das condições dadas pela instituição para a realização do trabalho. Para o sindicalista, a avaliação do servidor deve ter caráter corretivo e não punitivo.

O Fórum Permanente de Recursos Humanos é um espaço institucional de debates e formulação sobre políticas de RH e foi instituído pela PR-4 em maio com o propósito de ampliar a participação dos servidores nas discussões sobre relações de trabalho na UFRJ. É composto de seis comissões:



SINTUFRJ faz sugestões à proposta

Carreira, Relações de Trabalho, Saúde do Trabalhador, Forma-

ção Continuada, Dimensionamento e Avaliação.



KATIANE Castro

Pró-Reitoria de Pessoal vai ao Sintufrj

Na terça-feira, dia 6, o pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes, acompanhado do assessor Fernando Pimentel, se reuniu com a direção do Sintufrj na sede da entidade. O objetivo da visita foi retomar a agenda de demandas da categoria encaminhada pelo Sindicato e também para que a Pró-Reitoria de Pessoal apresentasse as novidades adotadas e já em curso, e as que ainda serão implementadas nas rotinas de atendimento aos trabalhadores da universidade.

A iniciativa da reunião foi da Pró-Reitoria de Pessoal, e pelo Sintufrj participaram da conversa os coordenadores Francisco de Assis e Rafael Coletto, integrantes do GT-Aposentados e Pensionistas, trabalhadores de unidades e os advogados da área trabalhista da entidade Mara Vasques e Alexandre Flecher, que esclareceram dúvidas mais comuns da categoria sobre questões processuais.

Aproximação necessária

“Este é o primeiro contato mais formal desde que assumimos a PR-4, em fevereiro. E ocorre inclusive porque o Sindicato já havia reivindicado a volta da discussão sobre a agenda da greve”, disse o pró-reitor, acrescentando que “a ideia é ver como seguir tratando dos temas, ou seja, estabelecer uma pauta mais cotidiana com a entidade.”

Agnaldo fez questão de esclarecer que a visita não se tratava de uma mesa de negociação nem tinha o propósito de interferir na agenda do Sindicato. “Essa relação com as entidades representativas dos trabalhadores, que inclui a Adufrj, é importante, acredito, para todos. E não tem nada a

ver com cooptação. A gente respeita, e muito, as entidades”, disse.

Demandas históricas

Francisco de Assis listou as demandas mais antigas da categoria que aguardam definições da Reitoria e relacionou os problemas que tanto os trabalhadores da ativa como os aposentados e pensionistas levam ao conhecimento do Sintufrj, principalmente para o Jurídico da entidade, e que podem ser solucionados pela Administração Central por intermédio da Pró-Reitoria de Pessoal.

Um ponto pendente por parte da Reitoria, por exemplo, é a Comissão de Supervisão da Carreira (CIS), lembrou Francisco, mas ele próprio reconheceu que o momento político atual não permite que ela funcione: “Não dá para discutir nenhum processo de instalação da CIS na atual conjuntura do país e até mesmo porque estamos em fim do mandato sindical. Mas o Fórum Permanente de Recursos Humanos (criado pela PR-4) pode debater a posição da Fasubra, porque nesse governo ilegítimo não há nenhum espaço para se exigir a discussão da Carreira”.

“Essa é uma primeira de muitas conversas que teremos com o Sintufrj, basta a direção convocar”, garantiu Agnaldo.

Compromisso

Agnaldo e o assessor Fernando Pimentel propuseram responder item por item os pontos levantados pelos dirigentes sindicais e pelos advogados da entidade, e também elaborar uma espécie de passo a passo para a categoria seguir e resolver com facilidade



CATEGORIA lotou a sala de reuniões para ouvir a PR-4

suas pendências com a PR-4, a ser publicada na próxima edição do Jornal do Sintufrj.

Treinamento

Paralelamente aos encontros com as direções sindicais, o pró-reitor e com toda a equipe da PR-4 estão percorrendo todas as estruturas da universidade para realizar reuniões com as chefias de pessoal, visando melhorar o funcionamento desses setores para os trabalhadores. “Identificamos essa necessidade porque, por exemplo, 70% dos processos retornam para as unidades por problemas de instrução”, disse Agnaldo.

Uma das iniciativas da PR-4 para resolver deficiências dos setores de pessoal foi adotar a rotina de realização de oficinas para os servidores dos departamentos de pessoal. “Os treinamentos ajudam a unidade e os servidores, principalmente os que estão em processo de aposentadoria.

A intenção com as oficinas é acelerar procedimentos e as rotinas”, complementou o pró-reitor.

Central de Atendimento

Por esta central, recém-inaugurada, é que todos os trabalhadores da UFRJ, aposentados e pensionistas, devem se dirigir para se informar sobre qualquer assunto, orientou Agnaldo, pois é lá que se concentram todas as informações e por onde também entram os processos.

A central está aberta desde o dia 8 de maio, de segunda a quinta-feira (em breve até sexta-feira), das 9h às 16h, e em local acessível: no térreo da Reitoria, onde funcionou o recadastramento. O atendimento é feito por funcionários treinados para encaminhar quaisquer demandas e receber bem os servidores. O telefone da Central é 3938-9676, e do Gabinete da PR-4: 3938-7290.

E-mail: atendimento@pr4.ufrj.br.

Mais qualidade e agilidade

De acordo com Agnaldo e Fernando, também entrará em funcionamento em poucos dias um sistema que agilizará ainda mais a prestação de serviços para os integrantes da comunidade universitária. Outra novidade será a instalação de um polo de atendimento da PR-4 no campus da Praia Vermelha.

Entre as ações políticas prioritárias para a PR-4, o pró-reitor citou a necessidade de retomar a importância do Seminário de Integração dos Técnicos-Administrativos em Educação (Sintae), que este ano deverá ser o mais bem já realizado, segundo Agnaldo, pois já tem 155 trabalhos inscritos. “Queremos intensificar a referência para fora do fazer do técnico-administrativo”, afirmou o pró-reitor, que vê no Sintae um gerador de políticas de pessoal.

Fotos: Renan Silva

CAMPANHA SALARIAL 2017



CATEGORIA em greve na campanha salarial passada realiza caminhada no Centro de Tecnologia (CT) para convocar os companheiros indecisos para a luta

Governo ignora reivindicações da categoria

Desde fevereiro a pauta de reivindicações da Campanha Salarial de 2017 dos servidores públicos foi protocolada no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, mas não obteve resposta do governo. Em abril, a Fasubra protocolou sua pauta específica, e também não houve manifestação do governo.

A Federação encaminhou ofícios solicitando resposta, mas o silêncio revela a pior face deste governo ilegítimo, que insiste em desconhecer a organização sindical e a necessidade de um sistema democrático de nego-

ciação coletiva. “A ausência de mesa de negociação efetiva e de respostas à nossa pauta mostra mais um elemento de uma trajetória antipopular ainda maior deste governo”, declara a direção da entidade em nota.

Na avaliação da Fasubra, para se estabelecer mesa de negociação com o governo, só será possível com a derrota política do golpista Michel Temer. “Por isso a necessidade de realização de uma nova greve geral este mês, para unificar a luta e evitar retalições à categoria”, reitera a Federação.

Pauta de reivindicações

A Federação protocolou em 18 de abril a pauta específica da categoria e encaminhou em 1º de junho ofício cobrando respostas. Conheça os pontos da pauta específica aprovada na última plenária nacional estatutária da Fasubra:

- ◆ Reposição da inflação do período de 2015 a 2017, mais 2% de aumento real no piso da carreira.
- ◆ Reajuste dos benefícios com o mesmo índice, com diferença salarial para o plano de saúde e que este tenha o reajuste de acordo com

a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

◆ Não ao corte de recursos no orçamento destinados à educação e recomposição das perdas do último período.

◆ Nenhuma interferência do governo e órgãos de controle em ações judiciais ganhas pelos trabalhadores.

◆ Nomeação imediata dos reitores eleitos pela comunidade universitária.

◆ Contra a Lei da Mordaza e a Reforma do Ensino Médio.

◆ Por concursos públicos e manutenção das vagas pelo RJU dos hospitais universitários nos próprios HUs.

Pendências da última greve

Dentre as pendências da pauta da última greve da categoria está o retorno da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC) e a discussão permanente do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Até agora o governo não se manifestou.

TERCEIRIZADOS

Empresa não paga e ainda demite liderança sindical

Na sessão do Conselho Universitário (Consuni) de 8 de junho, o conselheiro representante dos técnicos-administrativos em educação, Esteban Crescente, denunciou a demissão da dirigente da Associação dos Terceirizados da UFRJ (Attufrj), Terezinha Costa, pela empresa Obra Prima.

“Estamos vivendo um retrocesso. Nossas falas abrangem o abuso de poder e o assédio. Infelizmente isso agora aconteceu comigo”, disse Terezinha. A trabalhadora contou que foi demitida por colocar no hall da Faculdade de Letras, autorizada pela Reitoria, uma caixa para

receber contribuições de alimentos para os terceirizados da unidade, sem salários.

Tapando sol com a peneira

Segundo Terezinha, um administrador da empresa não gostou dos dizeres inscritos na caixa, porque demonstrava que os terceirizados estavam passando fome. “Disseram que o que estava escrito estava feio. Nós refizemos, mas três dias depois a empresa me demitiu”, disse a trabalhadora.

Em dezembro, a dirigente da Attufrj pediu demissão, mas a em-

presa não concedeu a dispensa. Só que agora, segundo ela, nem aviso prévio deram. “Doeu muito. Aceitando este abuso de poder, esta covardia, acho que estamos abrindo espaço para que tudo isso permaneça existindo”, afirmou Terezinha.

Apoios

O reitor Roberto Leher solicitou que a Reitoria seja instada formalmente para atuar no caso; o coordenador-geral do Sintufrj Francisco de Assis reiterou apoio à companheira terceirizada.



TEREZINHA: demitida por atuar solidariamente

Fotos: Renan Silva

SEMINÁRIO

Autonomia universitária e gestão dos HUs

Este foi o tema do seminário realizado na Câmara dos Deputados de que a Fasubra participou

No dia 30 de maio, a Fasubra participou do seminário que discutiu a autonomia universitária sobre a gestão dos hospitais universitários (HUs), na Câmara dos Deputados. O evento, promovido pela deputada Érika Kokay (PT-DF), na Comissão de Seguridade Social e Família, contou com a participação dos reitores da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão, e da Universidade Federal Fluminense (UFF), Wladimir Tadeu Batista Soares.

A Federação foi representada pelo coordenador Francisco de Assis, também coordenador-geral do Sintufjr. Ele destacou a importância do diálogo e da reflexão da comunidade universitária e do parlamento sobre a imposição da lei que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). “Uma empresa que traz uma nova situação, que, na visão do movimento e da Fasubra, fere de morte a autonomia da universidade”, disse.

“Universidade Cidadã”

“A concepção da Fasubra sobre o papel dos HUs não é só de assistência; os HUs têm uma função plena no exercício do fazer universitário, que é a formação dos profissionais, a realização de pesquisas e a extensão”, disse Assis aos presentes. Em seguida, apresentou o projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, em que é descrito o papel da universidade e a defesa de um regulamento próprio para os hospitais, no sentido de ter recursos não apenas do Ministério da Educação, mas também dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Saúde.

Acirramento de conflitos

Para a Fasubra, a limitação dos investimentos com políticas públicas, conforme determina a Emenda Constitucional nº 95 (antes PEC 55/16), tende a acirrar os conflitos dentro dos hospitais. Como entidade sindical, a Federação vive uma situação muito difícil, que é lidar com o conflito dos trabalhadores do Regime Jurídico Único (RJU) e dos que são celetistas contratados pela Ebserh.

“Essa situação de conflito vivida no passado, que a gente ultrapassou com o RJU, vem à tona em um momento difícil da conjuntura, e se aproveitam dessa situação para colocar empecilhos no avanço do papel e da importância que dever ter os HUs”, denunciou Assis.



Fotos: Agência Câmara

MESA do seminário na Comissão de Seguridade Social e Família, na Câmara dos Deputados



FRANCISCO de Assis

Identidade do trabalhador

“A luta pela autonomia se confunde, no campo dos trabalhadores técnico-administrativos em educação, com a luta por dignidade e pelo espaço desse trabalhador na academia, que antes era considerado um servçal”, informou Assis na

audiência, resgatando a história de luta da categoria pelo reconhecimento da sua importância para a comunidade universitária.

A conquista da identidade como técnico-administrativo em educação foi em 2005 com a sanção da Lei nº 11.091 (PCCTAE).

“Foi uma conquista impor-

tante para exercermos nosso papel dentro da universidade com olhar diferenciado, como ator importante do fazer da universidade”, afirmou o dirigente da Fasubra e do Sintufjr.

“Esperamos que este seminário possa alinhar a autonomia versus a gestão hospitalar, mostrando que há perda da autonomia na universidade quando existe um forçamento de barra por parte da gestão da Ebserh, que quer conduzir uma política alinhada à produção. Querem apenas atendimento, produção e números, e deixam de lado a função social do hospital na formação do saber e de novas forças de trabalho”, concluiu Assis.

GT fiscalizador da Ebserh

De acordo com a agência Câmara Notícias, a Comissão de Seguridade Social e Família vai criar um grupo de trabalho para reunir informações sobre os contratos entre 39 hospitais universitários e a Ebserh. O objetivo é fiscalizar o cumprimento da lei que criou a empresa.

MST vai alfabetizar 20 mil pessoas no Maranhão

O método é cubano, e o projeto será executado em parceria com o governo do PCdoB

Foto: Brasil de Fato



TRABALHADORES rurais sem terra na sala de aula, no Maranhão

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com o governo do Maranhão, comandado por Flávio Dino (PCdoB), iniciou, nesta semana, a segunda etapa de aplicação do programa de alfabetização cubano Yo Sí Puedo (Sim, Eu Posso!, na versão brasileira). O objetivo é ensinar 20 mil pessoas, de 15 municípios, a ler e escrever.

O projeto está paulatinamente sendo ampliado. Em sua primeira etapa, chegou a sete mil pessoas, moradoras de oito cidades. A meta é alcançar os 30

municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, o mais empobrecido do país.

Para atingir o objetivo, foi construída uma brigada nacional composta por 79 militantes do MST, vindos de 11 estados do país. A tarefa deles é mobilizar grupos de jovens e lideranças locais das comunidades e realizar formações com educadores e coordenadores pedagógicos para transmitir o método cubano, de forma que eles atuem como multiplicadores.

De acordo com o secretário de Direitos Humanos e Participação

Popular do Maranhão, Francisco Gonçalves da Conceição, “agora há um desafio novo: nos oito municípios que nós iniciamos, queremos erradicar o analfabetismo”.

Identidade

Os jovens e adultos da primeira jornada de alfabetização, depois que aprenderam a ler e a escrever, tiveram as carteiras de identidade atualizadas para que nelas deixe de constar o carimbo “não alfabetizado”.

Maria Divina Lopes, dirigente estadual do MST no estado, diz que a entrega foi feita durante

um seminário. Ela lembra que foi um dos momentos mais emocionantes do projeto: “A gente vê na expressão do educando que conseguiu trocar sua identidade e escrever o nome. Uma expressão tanto de empoderamento quanto de orgulho, orgulho de si, da sua capacidade de superação”.

Sim, Eu Posso!

O método de alfabetização cubano Sim, Eu Posso! é aplicado nos quatro primeiros meses da formação. Depois disso, é utilizada a metodologia dos Círculos de Cultura, que é baseada nas propostas do educador Paulo Freire e segue sendo aplicada até o final do projeto.

Graças ao método Sim, Eu Posso!, a Venezuela se declarou, em 2005, um território livre de analfabetismo. A Bolívia obteve resultado semelhante, com o reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2016.

De Lilian Campelo,
no Brasil de Fato

REFORMAS

Governo quer acelerar votações no Congresso

Alheio à crise política que envolve o seu nome, Michel Temer insiste em votar as reformas, aceitando mais concessões. Mas a da Previdência dificilmente passará

Foto: Internet



O presidente golpista Michel Temer luta desesperadamente para se manter no cargo, e para isso busca acelerar as reformas para mostrar ao mercado que o país não está paralisado. Ele trabalha nos bastidores, deixando o protagonismo ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Temer tem feito concessões aos parlamentares para permitir a aprovação das propostas e também trabalha em um pacote de medidas microeconômicas para serem anunciadas. A reforma trabalhista, que está no Senado, avança, mas a da Previdência, em tramitação na Câmara dos Deputados, não tem apoio para ser votada este ano.

Comissão faz acordo para liberar reforma trabalhista ao plenário ainda em junho

No dia 8 de junho, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado fez um acordo para concluir as votações da proposta de reforma trabalhista até o dia 28 de junho, liberando a matéria para o plenário. O texto-base foi aprovado no dia 6 de junho na CAE, mas a redação ainda pode sofrer alterações. O acordo firmado prevê que o relatório do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) seja lido na comissão no dia 13, terça-feira, quando a oposição deverá também apresentar os votos

em separado. A votação do texto da reforma trabalhista na CAS deverá ocorrer dia 20 de junho.

No dia 21 de junho o texto está programado para ser lido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, assim como prováveis textos alternativos da oposição. A votação na CCJ está agendada para a reunião do dia 28 de junho. A partir daí a matéria seguirá para análise do plenário.

Parlamentares avaliam que a reforma da Previdência Social não passa com Temer

Uma pesquisa da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) indica que as chances da PEC 287 (reforma da Previdência) ser aprovada são cada vez menores. O estudo ouviu parlamentares, da base aliada e oposição, presidentes de comissões do Senado e da Câmara. Segundo o levantamento, 36% dos parlamentares disseram que a reforma da Previdência será adiada para o governo que sucederá o de Temer.

Entre os pesquisados, diante do cenário político, são apenas 5% os que acham que a reforma será aprovada pelo Congresso Nacional ainda durante a gestão Temer e de acordo com o último relatório apresentado. Para 14%, a reforma

será aprovada sob o comando de Temer, mas com alterações. E para 33%, o texto será arquivado ou rejeitado.

Diante do cenário, os deputados da base de Temer já começam a falar que a reforma deveria se restringir a fixar a idade mínima. “Se os próprios líderes da base estão falando isso, é porque não tem nenhuma perspectiva de aprovar a reforma da Previdência nesse momento. A crise política e a fragilidade do governo Temer a inviabilizaram completamente”, diz o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP).

Para Júlio Delgado (PSB-MG), “a reforma da Previdência subiu no telhado”. A previsão do

Planalto, antes da crise política se agravar, que era votar o projeto na última semana de maio e primeira de junho, não vingou. “Nem foi votado na semana passada, nem está na pauta desta semana. Não vejo perspectiva de ela entrar na pauta nos próximos quinze dias”, avalia Delgado. O parlamentar considera “muito difícil” que a PEC seja votada nas duas últimas semanas de junho.

Em julho, o Congresso entra em recesso. E depois do recesso, mesmo que se consiga colocar a proposta para andar, não há tempo para votação nas duas casas – Câmara e Senado – até o fim do ano.

Para o deputado da base do governo que está quase fora do

barco de Temer, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), a proposta é ruim e o governo está sem legitimidade: “Esse governo não aprova nenhuma reforma da Previdência. É uma proposta muito ruim, não traz nada de novo e destina-se apenas a viabilizar alguma folga de caixa, em um governo que já suga demais a sociedade brasileira”.

Ele vai mais além: “forma com que o governo moldou a proposta coloca em risco o regime geral da Previdência. É um projeto ultrapassado, velho, não resolve o problema do Brasil e tem um agravante sério: põe em risco uma das raras coisas que funcionam no país, que é o regime geral da Previdência”.

VIVER MELHOR

Educação para a preservação do meio ambiente

Fotos: Renan Silva

Mais uma vez a Coordenação de Meio Ambiente da Prefeitura Universitária demarca a passagem do Dia do Meio Ambiente (5 de maio) com a difusão de informações e também com a tradicional doação das mudas de plantas cultivadas no Horto Universitário, para sensibilizar a comunidade para a causa da preservação ambiental. O evento foi organizado no dia 6, na Praça Jorge Machado Moreira, no Fundão.

A coordenadora Carmen Odete e as responsáveis por áreas, como Dulce Machado, Jane Frank, Leno Gomes e Genivaldo Santos de Almeida, com outros servidores da Prefeitura e do Horto Universitário, foram os encarregados pela organização das atividades. Eles explicavam para as pessoas a importância de se mudar hábitos para promover a preservação do meio ambiente, e apresentavam as equipes que expunham nas tendas.

Todos que solicitavam saíam do local levando uma muda de ixora, iris, areca, cassandra ou de jiló gigante para cultivar em casa.

Expositores

Os responsáveis pelas tendas também desempenharam papel importante na conscientização sobre a preservação ambiental e na mudança de atitude das pessoas no seu cotidiano, para evitar, inclusive, doenças.

João Roberto Santos, agente de controle de endemias da Prefeitura do Rio de Janeiro, explicava, por exemplo, estratégias de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. Ele também falava sobre as iniciativas que estão sendo postas em prática na UFRJ em conjunto com a Coordenação de Meio Ambiente da Prefeitura Universitária.

Valquíria Felix, da Pró-Reitoria de Pessoal, informava os servidores sobre Capacitação. Ela avaliou que este ano a presença de trabalhadores da universidade no evento foi mais expressiva que em 2016, principalmente na parte da manhã.

O Espaço Saúde do Trabalhador do Sintufjr também esteve presente ao evento. João Neto,

educador físico do Espaço, realizava pesagem e calculava o índice de massa corporal dos servidores, e apresentava as atividades e os programas oferecidos aos sindicalizados.

A terapeuta ocupacional da Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador, Denise Alvares, prestou informações sobre o conteúdo do Programa de Acessibilidade e Inclusão, como o programa Dosvox: um sistema operacional desenvolvido por pesquisadores da UFRJ que permite às pessoas com deficiência visual utilizar computadores. Atualmente o sistema tem cerca de 80 mil usuários.

Material distribuído

Além de plantas, foram distribuídos marcadores de livros com dicas para consumo consciente, como, por exemplo: “Evite produtos descartáveis; prefira artigos retornáveis” e “Separar o lixo orgânico do inorgânico, dividindo entre plástico, vidro, metal e papel é também uma excelente iniciativa”.

**TRABALHO** de conscientização dos profissionais da PU**TENDA** do Espaço Saúde Sintufjr, com João Neto**EQUIPES** da Prefeitura e do Horto Universitário posam com servidores de outras áreas, em frente às tendas

Cineminha no Beco tem novo espaço na Maré

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, foi inaugurado na favela da Maré o novo espaço do projeto Cineminha no Beco, criado pelo músico e mobilizador popular Bhega Silva. A novidade contou com o apoio do Parque Tecnológico

da UFRJ, que também cedeu uma de suas 45 esculturas de botos criadas para celebrar os 450 anos do Rio de Janeiro.

As obras de arte fazem referência a pontos turísticos e costumes da cidade, e o projeto foi viabilizado por força da parceria entre

o Parque Tecnológico e a Escola de Belas Artes (EBA). A escultura cedida foi “Boto da Maré”, produzida pela artista plástica Yoko Nishio. A obra foi feita para homenagear os moradores da Maré, e traz o nome de trabalhadores e de vítimas da violência cotidiana na comunidade.

Projeto vitorioso

O músico Bhega Silva ficou muito feliz com o apoio dado pelo Parque Tecnológico. As exhibições dos filmes, que são gratuitas e voltadas para o público infantil, são geralmente realizadas nos becos da Maré. Ele iniciou o projeto recolhendo óleo de cozinha para reciclagem, e com o dinheiro que

arrecadou com a venda comprou parte dos equipamentos. Segundo Bhega, o projeto tem apelo ambiental, ao investir na reciclagem, e social, ao atender as crianças.

Em 2015, a iniciativa foi selecionada por um edital da Secretaria municipal de Cultura e ganhou um prêmio em dinheiro a título de incentivo, com o qual Bhega pôde comprar novos equipamentos. O projeto cresceu, ganhou patrocinadores, e a campanha de reciclagem de óleo continua.

O músico agradeceu a todos do Parque Tecnológico, em especial à artista plástica Yoko Nishio pela liberação da escultura para a inauguração do novo espaço para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

**BHEGA** com o boto da Maré

Consuni adia discussão sobre as unidades de saúde

Complexo Hospitalar entra em pauta e reitor anuncia que haverá reuniões para sua implantação, pois “é uma realidade estatutária e que faz parte da estrutura média da instituição”

A continuidade da discussão sobre a crise nas unidades de saúde da universidade, iniciada na sessão do dia 11 de maio, não ocorreu na reunião do Conselho Universitário (Consuni) de 8 de junho, conforme estava previsto. A retomada desta pauta pelo órgão máximo de deliberações da UFRJ deverá ser no dia 22 de junho.

Na sessão do dia 11 de maio, quando a discussão se iniciou, a Reitoria delineou pontos da política que vem adotando para as unidades de saúde, e os diretores dos hospitais e institutos apresentaram as dificuldades que enfrentam para dar conta de suas obrigações, e também o que conseguem realizar, apesar dos problemas.

No Consuni do dia 11 de junho, estava previsto se discutir soluções para os problemas das unidades e a aprovação de encaminhamentos. O adiamento da pauta foi para atender ao pedido de dois diretores de hospitais, que não poderiam estar presentes em razão de compromissos anteriormente agendados.

Complexo Hospitalar

De qualquer forma, os HUs continuaram na pauta da sessão do Consuni do dia 8, porque o reitor Roberto Leher passou a dar informes sobre a implantação do Complexo Hospitalar, que, seguindo explicou, foi tema da reunião no dia anterior solicitada pela Decania do Centro de Ciências da Saúde (CCS), e que contou com a participação de diretores de unidades hospitalares e da Faculdade de Medicina.

De acordo com Leher, o Complexo Hospitalar é uma realidade estatutária e que faz parte da estrutura média da instituição, e que vem buscando conduzir a questão em dois planos: o administrativo-financeiro e o da integração acadêmica.

O primeiro plano envolveria planejamento integrado de compras, almoxarifado, distribuição de pessoal, planejamento orçamentário e planejamento integrado de contratualização com o sistema único de saúde.

O segundo plano buscaria ampliar a integração entre as unidades hospitalares e as unidades acadêmicas.

Problemas

“No que diz respeito ao plano administrativo-financeiro, entendemos que hoje seria ruim um aparato administrativo para concentrar todas estas funções sem resolver problemas prévios”, disse o reitor.

O primeiro desses problemas,



REITOR Roberto Leher



FRANCISCO de Assis



DECANA do CCS Maria Fernanda

segundo Leher, seria harmonizar procedimentos e informações para uma forma de organização comum (como prontuários, organização da farmácia, licitação, etc.). Nesse sentido, a Reitoria estaria implantando uma ferramenta de gestão (o sistema AGHUse) que possibilitará a reunião de informações, por exemplo, sobre

atendimentos e procedimentos. O sistema também seria importante para a pesquisa clínica.

Para a implementação da integração acadêmica, dentre as prioridades imediatas está a atualização da proposta de regimento do Complexo Hospitalar e a formulação do Plano de Desenvolvimento Institu-

cional (PDI).

Reuniões periódicas

“No que diz respeito à implantação do Complexo Hospitalar, faremos reuniões periódicas mensais para discutir três grandes temas: regimento, Plano de Desenvolvimento Institucional e AGHUse como ferramenta de gestão que tem consequências

imediatas para a área acadêmica”, informou o reitor.

Nas reuniões estarão em pauta temas como acompanhamento dos recursos que chegam do Ministério da Educação, pagamento de extraquadro, segurança, contratualização, sistema de compras padronizadas e integração do planejamento orçamentário.

Opinião

“Este é o momento para ser discutida, repensada e atualizada a relação entre as unidades acadêmicas e as unidades que têm atividades assistenciais no CCS. E aí podemos ter um planejamento integrado e um PDI de cada uma das unidades”, disse a decana Maria Fernanda Quintela.

Roberto Leher anunciou que em breve apresentará o calendário das reuniões.

Truculência policial e Ebserh

Durante o expediente do Consuni, o coordenador-geral do Sintufjrj Francisco de Assis informou sobre a participação da categoria no ato #ocupabrasilia, que reuniu mais de 150 mil trabalhadores. “Mais uma vez o que se viu foi a pancadaria da polícia e o ataque da mídia afirmando que os trabalhadores fizeram vandalismo, quando na verdade os trabalhadores estão lutando contra o vandalismo do governo contra nossos direitos”, pontuou.

Assis disse, ainda, que representou a Fasubra na mesa do seminário organizado pela Câmara dos Deputados, no dia 30 de maio, sobre Autonomia Universitária versus Gestão dos Hospitais. “A grande maioria dos presentes de várias universidades e hospitais universitários apontou dificuldades na relação interna e conflitos originados da adesão à Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares)”, disse, acrescentando que foi aprovada a criação de uma comissão de parlamentares para visitar os hospitais que fizeram adesão à Ebserh.

Moção contra a Ebserh

O Conselho Universitário aprovou moção em que manifesta apoio à comunidade da Universidade Federal de Alagoas pelo ato arbitrário da Ebserh que exonerou um docente que ocupava a superintendência do hospital universitário da instituição à revelia da reitoria. Para o colegiado, a ingerência da presidência da Ebserh na universidade é inaceitável.

Fotos: Renan Silva

Jovens e negros: as principais vítimas de violência no país

Uma realidade que não muda; ao contrário, fica cada vez pior

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou, no dia 5, o *Atlas da Violência 2017*. O estudo é feito em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (que mapeou os homicídios registrados no Brasil entre 2005 e 2015).

Um dos dados que mais chama atenção, segundo o instituto, está na análise dos crimes cometidos contra negros: “De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos, como se vivessem em situação de guerra”.

O coordenador do estudo, Daniel Cerqueira, técnico de planejamento e pesquisador do Ipea, explicou que esse problema, que já era grave nas décadas anteriores, aumentou ainda mais: a taxa de homicídios contra jovens no período aumentou mais de 17%. E a de negros aumentou na mesma magnitude.

Mais de 59 mil homicídios em 2015

O Brasil registrou, em 2015, 59.080 homicídios. Isso significa 28,9 mortes para cada 100 mil habitantes. Os números representam uma mudança de patamar nesse indicador em relação a 2005, quando ocorreram 48.136 homicídios.

O estudo detalha os dados por regiões, unidades da Federação e municípios com mais de 100 mil habitantes. Apenas 2% dos municípios brasileiros (111) respondiam, em 2015, por metade dos casos de homicídio no país, e 10% dos municípios (557) concentraram 76,5% do total de mortes.

Os estados que apresentaram crescimento superior a 100% nas taxas de homicídio no período analisado estão localizados nas regiões Norte e Nordeste. O destaque é o Rio Grande do Norte, com um crescimento de 232%. Em 2005, a taxa de homicídios no estado era de 13,5 para cada 100 mil habitantes.

Em 2015, esse número passou para 44,9.

Em seguida estão Sergipe (134,7%) e Maranhão (130,5%). Pernambuco e Espírito Santo, por sua vez, reduziram a taxa de homicídios em 20% e 21,5%, respectivamente.

As maiores quedas ocorreram no Espírito Santo (27,6%), Paraná (23,4%) e Alagoas (21,8%). No sentido contrário, houve crescimento intenso das taxas entre 2010 e 2015 nos estados de Sergipe (77,7%), Rio Grande do Norte (75,5%), Piauí (54%) e Maranhão (52,8%).

Situação nos municípios

O *Atlas da Violência 2017* analisou dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, referentes ao intervalo de 2005 a 2015, e utilizou também informações dos registros policiais publicadas no *10º Anuário Brasileiro*

de *Segurança Pública*, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Para listar os 30 municípios potencialmente mais violentos e menos violentos do Brasil em 2015, o estudo considerou as mortes por agressão (homicídio) e as mortes violentas por causa indeterminada (MVCI).

Mais violentos – Altamira, no Pará, lidera a relação dos municípios mais violentos, com uma taxa de homicídio somada a MVCI de 107. Em seguida, aparecem Lauro de Freitas, na Bahia (97,7); Nossa Senhora do Socorro, na Bahia (96,4); São José de Ribamar, no Maranhão (96,4); e Simões Filho, também na Bahia (92,3). As regiões Norte e Nordeste somam 22 municípios no ranking dos 30 mais violentos em 2015.

Mais pacíficos – Entre os 30 municípios mais pacíficos, 24 são da região Sudeste. Os dois primeiros da lista ficam em Santa

Catarina: Jaraguá do Sul (3,7) e Brusque (4,1). Em seguida, aparecem Americana (4,8) e Jaú (6,3), ambos em São Paulo, Araxá (6,8), em Minas Gerais, e Botucatu (7,2), também em São Paulo.

Violência policial

A categoria “intervenções legais e operações de guerra”, segundo o estudo, continua apresentando um alto grau de subnotificação. Em 2015, o SIM registrou apenas 942 casos de intervenções legais, enquanto a segurança pública registrou 3.320 mortes decorrentes de intervenções policiais, ou seja, 3,5 vezes o número de registros da saúde.

O estudo recomenda a mudança do modelo de segurança pública, que, “se não promove, é conivente com o uso abusivo da força letal e execuções sumárias, ao mesmo tempo que expõe e vitimiza cada vez mais os seus agentes”.

Gráfico: Ipea



Brasil na Corte Internacional

Foto: Internet

O estudo aponta que não é com surpresa que o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sentença do dia 16 de fevereiro de 2017, no Caso Favela Nova Brasília.

O Estado brasileiro foi condenado pelas falhas e demora na investigação e sanção dos responsáveis pelas execuções extrajudiciais de 26 pessoas durante operações realizadas pela Polícia Civil do Rio de Janeiro nessa comunidade do Complexo do Alemão, em 1994 e 1995.

Na sentença, a Corte determina que o Estado brasileiro deve publicar anualmente um relatório oficial com os dados referentes às mortes decorrentes de intervenção policial em todas as Unidades Federativas; e que o Estado tem o prazo de um ano para estabelecer os mecanismos normativos necessários para que, nos casos de mortes decorrentes de intervenção policial, o responsável pela investigação seja um órgão independente da força pública envolvida, uma autoridade judicial ou o Ministério Público.

Segundo o estudo, o número de incidentes de mortes decorrentes de intervenção policial já ultrapassou o de latrocínio (roubo seguido de morte) que em 2015 foi de 2.314.

Perfil das vítimas

Mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015. Apenas em 2015, foram 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, uma redução de 3,3% na taxa em relação a 2014.

Contudo, os últimos dados disponíveis do Ministério da Saúde nos mostram um recrudescimento

do problema, uma vez que, entre 2005 e 2015, se observou um aumento de 17,2% na taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos.

“Apesar desse fenômeno ser denunciado há anos por organizações não governamentais de direitos humanos e movimentos sociais, e de recentemente ter entrado na agenda estatal com a Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado sobre Assassinato de Jovens, o Estado brasileiro ainda não foi capaz de formular e implementar um plano nacional de redução de homicídios”, registra os pesquisadores do Ipea.

Os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população. Em Alagoas e Sergipe, a taxa de homicídios de homens jovens atingiu, respectivamente, 233 e 230,4 mortes por 100 mil homens jovens em 2015.

Negros lideram as estatísticas de mortes

A cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, sexo, estado civil e bairro de residência.

“Os dados mais recentes da violência letal apontam para um quadro que não é novidade, mas que merece ser enfatizado: apesar do avanço em indicadores socioeconômicos e da melhoria das condições de vida da população entre 2005 e 2015, continuamos uma nação extremamente desigual, que não consegue garantir a vida para parcelas significativas da população, em especial para população negra”, conclui o estudo.



Assassinatos no campo, com requintes de crueldade, aumentam, mas ninguém é preso



As Pastorais do Campo denunciam o aumento dos massacres e da violência contra os povos que vivem no meio rural. Em nota divulgada em 31 de maio, destacam que a exacerbação dos conflitos agrários em número e violência estão ligados à crise política e ao avanço do agronegócio sobre os Poderes do Estado.

Na avaliação das entidades Comissão Pastoral da Terra, Conselho Pastoral dos Pescadores, Serviço Pastoral do Migrante, Cáritas Brasileira e Conselho Indigenista, a diversidade dos autores revela a barbárie generalizada provocada pela irresolução da questão da terra, com o agravamento brutal de suas consequências, sobretudo nos últimos três anos.

Elas preveem o recrudescimento da violência: “O ano de 2017 promete superar 2016, que foi recordista em ocorrências de conflitos por terra no Brasil nos últimos 32 anos. Foram 1.079 ocorrências desse tipo de conflito, quase três por dia, o maior número desde 1985, quando a Comissão Pastoral da Terra começou a publicar sistematicamente este registro. Camponeses assassinados já são 37 nestes cinco meses de 2017, oito a mais que em igual período no ano passado, quando houve o registro de 29 assassinatos.

Violência semanal

Em apenas 35 dias foram três massacres concretizados e uma tentativa, quase uma por semana, com 22 trabalhadores em luta pela terra mortos. A maioria com requintes de crueldade. “Os desmandos autoritários da cúpula da República, com seu jogo de poder servil aos interesses da minoria do capital, vilipendiam os direitos sociais e relativizam os direitos humanos”, frisa o documento.

O primeiro massacre foi em Colniza, Mato Grosso, em 20 de abril, com nove torturados e mortos por jagunços encapuzados, sendo o líder dos posseiros degolado. Em Vilhena, Roraima, no dia 29 de abril, foram encontrados três corpos carbonizados dentro de um carro, na mesma fazenda em que cinco trabalhadores foram mortos, três dos quais queimados ainda vivos em 2015, um crime impune. O ataque aos índios Gamela aconteceu no dia 30 de abril, em Viana, Maranhão, com 22 feridos, dois com mãos decepadas, por

“Uma violência extrema que, neste clima reinante, se torna funcional, pedagógica. Nega-se aos camponeses, sem-terra, pescadores, quilombolas, indígenas, o mínimo de dignidade e qualquer traço de igualdade, de pertencimento à humanidade. Para o lavrador, como canta Chico Buarque, “é a terra que querias ver dividida”

populares insuflados por ruralistas e políticos, com envolvimento da Polícia Militar, conforme registro de uma viatura na ação.

O mais recente massacre foi em Pau d’Arco, no sul do Pará, no dia 24 de maio, quando foram mortos nove homens e uma mulher (esta, liderança de um movimento) pelas polícias civil e militar. A versão oficial dos órgãos públicos do estado foi de que as mortes ocorreram em confronto armado, pois os policiais teriam sido recebidos a bala.

As pastorais questionam e afirmam que as execuções foram planejadas: “Esta versão pretende fazer crer que o povo brasileiro é imbecil e que não tem capacidade de discernimento. Como num confronto armado nenhum dos 29 policiais envolvidos na ação sequer foi ferido? Por que a cena do crime foi desmontada, com os próprios policiais transportando os corpos para a cidade? Estas circunstâncias, bem como o depoimento de alguns sobreviventes do massacre feito a integrantes do Ministério Público e a outras entidades que investigam o ocorrido, indicam que houve uma execução fria e planejada”.

Segundo a denúncia das pastorais, apagou-se os vestígios e encobriu-se um massacre premeditado e cruelmente realizado, às gargalhadas, conforme testemunhas: “A barbárie se consumou com o tratamento dispensado aos corpos das vítimas, jogados como animais em carrocerias de caminhonetes, levados a distâncias de até 350 quilômetros para perícias e devolvidos no mesmo modo aos familiares, largados no chão de uma funerária, já putrefatos,

para serem enterrados às pressas e à custa deles, sem chance de um mínimo velório”.

Democracia de fachada provoca excessos para reprimir pobres

Na avaliação das pastorais, o Estado brasileiro tem conseguido ultrapassar os limites do desrespeito à cidadania e aos interesses do povo, numa democracia de fachada, cinismo e desfaçatez, que se alimenta de

desmandos criminosos impunes. “A desobediência ou manipulação da legalidade é senha para os excessos, para o descaramento na repressão aos pobres, é licença para matar e tripudiar sobre eles. Uma violência extrema que, neste clima reinante, se torna funcional, pedagógica. Nega-se aos camponeses, sem-terra, pescadores, quilombolas, indígenas, o mínimo de dignidade e qualquer traço de igualdade, de pertencimento à humanidade. Para o lavrador, como canta Chico Buarque, “é a terra que querias ver dividida”.

A nota das pastorais é contundente ao denunciar um Estado fas-

cista e as consequências do avanço do agronegócio: “O fascismo, que fermentava nos subterrâneos das relações públicas no Brasil, veio à tona. É o que se comprova em falas e atos, como a manifestação de ruralistas e parlamentares, no dia 29 de maio, em Redenção, no sul do Pará, em solidariedade aos policiais que praticaram o massacre, proclamados por heróis da causa ruralista”.

As pastorais afirmam que a prática do agronegócio tem provocado homicídios, estes comprovados pelos crescentes números de assassinatos registrados. “É massacre, é suicídio, provocado, sobretudo, pelo uso irracional de agrotóxicos”, enfatizam.

As evidências dos massacres são contundentes e foram reconhecidos pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, pela investigação do Ministério Público e por órgãos da imprensa que se deslocaram ao local do conflito, o que obrigou o Estado a afastar de suas funções os policiais envolvidos. Mas o que as entidades querem é a punição dos culpados: “sejam presos e processados por crime contra a humanidade, tanto pela morte das pessoas quanto pelo tratamento dispensado aos corpos das vítimas”. E finalizam sua nota exigindo e cobrando “o direito à justiça e a dignidade em defesa da vida e do bem viver de todos”.

Fotos: Divulgação

